

Discurso proferido pelo Deputado
GERALDO RESENDE (PPSMS), em
sessão no dia 10/04/2007.

CEM DIAS EM BUSCA DO EQUILÍBRIO

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Nesta terça-feira, dia 10 de abril, os novos governos estaduais estão completando cem dias. No caso específico do meu Estado, Mato Grosso do Sul, faço questão de registrar a data e reafirmando o compromisso de ajudar o Governador André Puccinelli a vencer a difícil missão de “por a casa em ordem” e desenhar um futuro mais seguro, com mais desenvolvimento e justiça social para a população sul-mato-grossense.

A missão do governador não é simples, nem fácil. Mas ele já provou ter competência e determinação para superar obstáculos como os que tem pela frente agora. Foi assim nas suas duas gestões à frente da

prefeitura municipal de Campo Grande, de onde saiu aclamado por uma aprovação popular superior a 90%.

O governador vai precisar usar todo o repertório de experiência e habilidade política para tirar o Estado da situação caótica em que o encontrou. E vai precisar do apoio popular para adotar as medidas amargas, sem as quais será impossível conquistar o equilíbrio financeiro e vislumbrar um futuro de produtividade e crescimento.

O retrato desses primeiros cem dias mostra que o caminho a ser percorrido ainda é muito longo. Nas palavras do próprio governador, a cada dia surge uma surpresa negativa. O mato Grosso do Sul não passou um dia sequer – destes últimos cem dias – sem que as suas contas estivessem bloqueadas. E o bloqueio é fruto de uma gestão alardeada como popular, mas que de popular teve pouco ou quase nada.

Os números e a realidade estão aí para comprovar o que digo. Antes mesmo de assumir o governo, os técnicos da equipe do novo governador já haviam detectado o risco iminente de colapso financeiro, ao que o Governador André Puccinelli, que como eu, também é médico, chamou de estado de semi-coma.

Como medida preventiva, André Puccinelli criou o fundo de combate à pobreza, resultante do aumento de impostos cobrados por produtos considerados supérfluos, como bebidas alcoólicas, cigarros, fogos de artifício e armas. Essa medida vai gerar um aumento anual de quarenta milhões de reais aos cofres do governo.

Uma segunda medida adotada pelo novo governo foi a redução dos valores repassados para os outros poderes. A fatia do bolo que cabia à Assembléia Legislativa, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Defensoria Pública caiu de 19% para 16%.

A economia obtida com a adoção dessas duas medidas foi significativa, mas não o suficiente para conter o caos financeiro vivido pelo Estado. Às vésperas da posse o governador foi informado pessoalmente que duas parcelas da dívida com a União, no valor de R\$ 27 milhões, não haviam sido pagas, o que levaria ao bloqueio das contas estaduais e do repasse de verbas federais.

A rigidez das cláusulas contratuais aumentou esse valor para R\$ 46 milhões em pouco tempo. Somada à multa de R\$ 10,7 milhões, a situação tornou-se crítica e exigiu do novo governador rapidez e eficiência para negociar com o governo federal. O preço da má gestão do

governo anterior está sendo pago às custas do sacrifício da população. Para poder arcar com os compromissos com a União o novo Governador teve que adotar doses intensas de um remédio amargo.

Programas sociais, como o segurança alimentar e a distribuição de cestas básicas para as famílias indígenas foram cortados; convênios com entidades assistenciais foram suspensos e todas as obras públicas, paralisadas. Tudo, na tentativa de equilibrar o déficit mensal de R\$ 50 milhões, a diferença entre o que o governo arrecada de fato e o que tinha de compromissos a pagar.

A repercussão de tais medidas ganhou projeção nacional e, no caso específico das aldeias indígenas, a interrupção no fornecimento de cestas básicas adicionou um componente a mais de dificuldade no enorme drama já vivido pelos nossos índios, sobretudo as crianças, expostas à fome e à desnutrição.

Desde o primeiro momento, consciente das nossas responsabilidades, procuramos agir no sentido de reforçar as ações de governo e encontrar soluções plausíveis para os problemas do Mato Grosso do Sul. Numa ação emergencial junto à FUNASA, à FUNAI, ao Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à

Fome, conseguimos mostrar a gravidade do casos às autoridades federais e, dessa forma, garantir os recursos necessários para não só não deixar que a distribuição de alimentos fosse interrompida, como também ampliar o número de famílias a serem beneficiadas com a distribuição de alimentos.

Como coordenador da bancada federal, tenho procurado agir com firmeza, abrindo caminhos, nos ministérios, para que as necessidades do Mato Grosso do Sul sejam tratadas como prioridade pelos técnicos e pelo governo federal, superando questões ideológicas e de interesses pessoais e privilegiando os interesses comuns do governo, que resultem em benefícios e conquistas para a população.

A expectativa de todos nós era que ao final destes cem primeiros dias de trabalho do governo um balanço positivo, com as contas postas em dia e com margem para ampliação dos investimentos, pudesse ser anunciado e comemorado.

Mas a realidade que se impõe é outra e ainda nos impede de comemorar qualquer coisa. Os avanços na direção do equilíbrio financeiro são inegáveis. Mas as metas de tranquilidade, nas previsões mais otimistas, sugerem cautela e um prazo maior ainda, pelo menos até o

fim do ano, para que se possa dizer, finalmente, que a casa está em ordem.

Por enquanto, faço questão de registrar o esforço da equipe de governo e a demonstração de confiança da nossa população, dos empresários, trabalhadores e industriais. Os tempos são difíceis, mas a esperança persiste. Com trabalho e dedicação vamos ajudar a construir um Mato Grosso do Sul mais justo e verdadeiramente desenvolvido e livre dos governos demagogos e falaciosos.

Grato pela atenção.

**Deputado GERALDO RESENDE
PPS/MS**